A POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE RECONVENÇÃO JUNTAMENTE COM A CONTESTAÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA

RONALDO PAIVA NUNES MARREIROS

TERESINA, NOVEMBRO/99

1. A POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE RECONVENÇÃO JUNTAMENTE COM A CONTESTAÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA

Sabe-se que a reconvenção não fora prevista na CLT e, por consequência, tal instituto deve ser aplicado de acordo com as determinações do artigo 299 do CPC.

Diz o artigo 769 da CLT o seguinte: “Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título”.

Deve-se analisar o artigo supracitado tendo em mente a autonomia do direito processual do trabalho. Esse enfoque torna-se necessário porque utilizamos da analogia para integrarmos o direito, diferentemente das regras de interpretação, onde não há lacuna e suas regras são utilizadas para alcançar o sentido de suas normas.

Isso é importante saber, pois a CLT ordena que se faça analogia (e não interpretação extensiva).

Assim, caso o direito processual trabalhista fosse desprovido de autonomia para com o direito processual civil, aplicaríamos in contumacia o artigo 299 do CPC, que diz:

“Art. 299. A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais”.

Para demonstrarmos que a diferenciação entre ANALOGIA X INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA é pertinente citamos nosso maior hermeneuta pátrio, Carlos Maximiliano:

“a interpretação revela o que a regra legal exprime, o que da mesma decorre diretamente, se a examinam com inteligência e espírito liberal; a analogia serve-se dos elementos de um dispositivo e com o seu auxílio formula preceito novo, quase nada diverso do existente, para resolver hipótese não prevista de modo explícito, nem implícito, em norma alguma” [1]. (grifo nosso)

O citado mestre, recomenda ainda: “o manejo acertado da analogia exige, da parte de quem o emprega, inteligência, discernimento, rigor de lógica; não comporta uma ação passiva, mecânica” [2]. (grifos nossos).

Valantin Carrion recomenda cautela na aplicação dos institutos processuais civis ao trabalhista. Vejamo-lo:

“1. Ao processo laboral se aplicam as normas, institutos e estudos da doutrina do processo geral (que é o processo civil), desde que: a) não esteja aqui regulado de outro modo (“casos omissos”, “subsidiariamente”); b) não ofendam os princípios do processo laboral (“incompatível”); c) se adapte aos mesmos princípios e às peculiaridades deste procedimento (...)” [3] (grifos nossos).

O cientista do Direito não pode interpretá-lo ou integrá-lo analisando, apenas, um artigo ou determinada lei. O direito é um ordenamento, um corpo de princípio que vai além de preceitos legais.

Não é insensível a ninguém a diferença do rito trabalhista em relação ao cível. O primeiro é mais célebre, menos informal, tendo, inclusive, influenciado na reforma do CPC. O procedimento trabalhista para dissídio individual é uno, enquanto o civil divide-se em comum (ordinário e sumário) e especial.

Tornam-se gritantes as diferenças terminológicas utilizadas pelo CPC e pela CLT. O artigo 297 do CPC, intitulado Resposta do Réu, identifica as figuras Contestação, Exceção e Reconvenção, ao passo que o artigo 847 da CLT utiliza o termo Defesa do Réu e o § 1º do artigo 799 determina que “as exceções serão alegadas como matéria de defesa”.

Daí porque não devemos simplesmente pegarmos as determinações do artigo 299 do CPC e aplicá-lo *ipsi literis* na CLT. Do contrário estaríamos fazendo uma interpretação extensiva, ignorando a autonomia do processo trabalhista; quando, na verdade, deveríamos utilizarmos da analogia para integrar o processo trabalhista e aplicar-lhe somente as determinações compatíveis com o procedimento trabalhista.

Não argumentem que o fato de se reconvir através de uma mesma peça processual, juntamente com a contestação, violaria a concepção doutrinária de sua autonomia. Essa alegativa não possui valor científico algum, haja vista que o artigo 278, § 1º do CPC, referente ao procedimento comum sumário, determina que a reconvenção seja apresentada na mesma peça da contestação.

Ratificando tal ponto de vista, trazemos o pensamento de Edilton Meireles, juiz presidente da JCJ da 5ª Região:

“d) O art. 278 do CPC dispõe, por sua vez, que “não obtida a conciliação, oferecerá o réu, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico”.

Esta regra é plenamente aplicável ao rito trabalhista, tal como o art. 276 comentado acima.

No § 1º deste dispositivo, está prevista, por sua vez, a hipótese de o réu, “na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial”.

Esta norma tornou desnecessária o ajuizamento de reconvenção. Poderá, pois, o réu, na própria contestação, deduzir demanda contraposta à do autor. A este, por sua vez, é assegurado o direito de resposta, em audiência, de imediato ou em outra a ser designada (parágrafo único do art. 31 da Lei 9.099/95).

Essa regra, também, é aplicável ao processo trabalhista, já que o torna mais célere, atendendo, pois, a um dos mais importantes princípios que o norteia.” [4] (grifos nossos).

Um dos maiores processualistas desse país, Arruda Alvim, entende ser possível apresentar reconvenção no procedimento sumário em virtude da Lei 9.245/95. Vejamo-lo:

“Nas causas em que, segundo o código, em sua redação anterior ao advento da Lei 9.245/95, fosse observado o procedimento sumário (art. 275), não poderia o réu reconvir ao autor, (...).

A jurisprudência, em parte, e trilhando caminho incorreto, baseada na impossibilidade de reconvenção no procedimento sumário, negava, à luz deste mesmo dispositivo, também a possibilidade de reunião de ações conexas, pois entendia que, uma vez, admitida a reunião, estar-se-ia admitindo reflexamente a reconvenção⁸⁷.

Com a Lei 9.245, de 26 de dezembro de 1995, que alterou a disciplina do procedimento sumário do código de Processo Civil, passou-se a admitir que o réu, na sua contestação, formule pedido contra o autor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial (art. 278, § 1º). Outrossim, em plena consonância com a introdução deste novo dispositivo, foi revogado o art. 315, § 2º, do CPC, passando o atual § 1º para parágrafo único. Diz-se ‘em plena consonância’ porque, embora não haja disposição expressa neste sentido, parece acertada a idéia de que, com o advento desta nova disciplina, passará a ser admitida a reconvenção em procedimento sumário ou, ao menos, não se poderá negar o caráter dúplice daquelas ações que tramitem de acordo com aquele rito, em atenção, não há dúvidas, ao princípio da economia processual” [5].

Esta forma de proceder é perfeitamente viável. A CLT privilegia os princípios da transcendência e instrumentalidade das formas.

O Princípio da Transcendência enuncia que os atos somente serão considerados nulos na hipótese de causarem prejuízo às partes. É o que diz claramente o “caput” do 794 da CLT. Vejamo-lo:

“Art. 794. Nos processos sujeitos à apreciação da justiça do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes”.

De maneira a elucidar a transcendência das formas é que citaremos os ensinamentos de Arruda Alvim. Senão vejamos:

“É, ainda, dependente do princípio anterior o de que não há nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief), cuja aplicação em nossa lei se encontra no § 1º do art. 24926.

Ainda inspirado nessa mesma idéia, surge o interesse dominante do sistema, e encampado pelo legislador, em se conservar a substância do ato processual e fazer com que ele valha e seja eficaz, mesmo que a forma não esteja rigorosamente conforme à descrita pela lei (ao ato modelo, descrito na lei), mesmo para certos atos, para os quais se prevêem modelos. Daí, pois, seguir-se o princípio da conservação dos atos, que consiste nunca espécie de orientação no sentido de se fazer com que ele valha e seja eficaz, mesmo que a forma não esteja rigorosamente conforme à lei, e mesmo que o ato padeça de outros vícios de natureza formal. Existe, efetivamente, forte tendência, quer a nível legal, quer a nível jurisprudencial, no sentido de que os atos sejam observados, de que não se decrete nulidade” [6].

Não ocorrendo lesão ao direito de defesa do autor-reconvido, qual o problema do réu-reconvente apresentar reconvenção juntamente com a contestação, quando a própria reconvenção deverá ser julgada juntamente com a ação ajuizada pelo autor, além de ficar no mesmo “processo” (digo, autos processuais)?

Além do Princípio da Transcendência, há o da Instrumentalidade. Este, baseado na idéia de que a formalidade não é o fim em si mesma, releva sua exigibilidade quando o ato processual atinge a finalidade. É o que dispõem os artigos 154 e 244, “caput”, do CPC. Vejamo-los:

“Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial”.

“Art. 244. Quanto a lei prescrever determinada forma sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade”.

A respeito da relevância do procedimento, quando se atinge a finalidade exigida por lei e não há determinação expressa de nulidade, vejamos as seguintes posições doutrinárias:

“O procedimento é, nesse quadro, apenas o meio extrínseco pelo qual se instaura, desenvolve-se e termina o processo; é a manifestação extrínseca deste, a sua realidade fenomenológica perceptível. A noção de processo é essencialmente teleológica, porque ele se caracteriza por sua finalidade de exercício do poder (no caso, jurisdicional). A noção de procedimento é puramente formal, não passando da coordenação de atos que sucedem. Conclui-se, portanto, que o procedimento (aspecto formal do processo) é o meio pelo qual a lei estampa os atos e fórmulas da ordem legal do processo” [7].

“Busca-se que as formas sejam uma proteção para o direito e não uma causa de perda para o direito” [8].

“A instrumentalidade vem a ser a técnica da prevalência do fim sobre a forma na prática dos atos de processo. Aplicando-se às nulidades, determina a idéia de aproveitamento do ato mesmo nascido em desobediência à forma para ele prescrita, desde que atinja o resultado para ele previsto” [9].

“Já se tem tolerado – e corretamente – o oferecimento de reconvenção sem ser em peça autônoma (JUTACivSP 57/104, como fundamento marginal do acórdão. No mesmo sentido: JUTACivSP 39/247; RT 562/99).

Mais ainda, tem-se admitido que, se na contestação estiver, inequivocamente embutido, pedido reconvençional, sem, contudo, ter esse nomen iuris, tal circunstância não obsta à admissibilidade da reconvenção, entendimento que nos parece correto” (ainda que não ortodoxamente obediente à lei) – (RTJ 55/735, RE 70.951; na vigência do CPC/1939); RT 553/255, RE 78.418-7-SP (tb. publ., in DJU de 22.05.1981, onde, conquanto não conhecido o recurso, há manifestação no sentido da legitimidade da tese) [10].

“Art. 299:3 – Constitui mera irregularidade a apresentação da reconvenção logo abaixo da contestação, na mesma página, e não em peça autônoma (RT 530/118, 562/99, 617/199, 624/77, RITJESP 79/291, JTA 39/247, 57/104; (...).

E mais: se na contestação também se articula, de maneira inequívoca, matéria somente cabível em reconvenção, ‘pode esta ser conhecida, embora lhe falte o nomen iuris’ (RTJ 99/671 e RT 553/253).

Todavia, é preciso que a reconvenção oferecida na mesma peça da contestação permita distinguir onde começa uma e acaba a outra, (...)” [11].

“4. Peças autônomas. Embora a norma sob comentário exija sejam oferecidos contestação e reconvenção em peças autônomas, caso a contestação contenha inequivocamente uma reconvenção, pode esta ser conhecida como tal (RTJ 99/671; RP 24/315), desde que preenchidos os requisitos legais para tanto” [12].

Como fora visto, as citações supracitadas manifestam-se acerca da admissibilidade da reconvenção ser aceita juntamente com a contestação, mesmo sendo considerada irregular, tendo em vista que não há cominação de nulidade e também como dispõe o artigo 154 do CPC. É razoável entender que o processo trabalhista admite a reconvenção juntamente com a defesa, uma vez que doutrinadores do processo civil admitem essa forma, apesar de irregular, e além do fato do procedimento trabalhista ser menos formal.

A favor de ser feita única peça estão: o Dr. Francisco Meton Marques de Lima, Juiz Presidente do TRT da 22ª Região; Edilton Meireles, Juiz Presidente da JCJ da 5ª Região (Brasília); Manoel Antônio Teixeira Filho; Ísis de Almeida; José Augusto Rodrigues Pinto; Amador Paes de Almeida e Wagner D. Giglio.

Contra a confecção numa única peça: Sérgio Pinto Martins, no livro Direito Processual do Trabalho; Emílio Gonçalves, em sua obra Reconvenção Trabalhista; Chistovão Piragibe Tostes Malta, em prática do processo trabalhista.

A seguir, citaremos todos os posicionamentos dos autores citados acima a favor de única peça:

“Salta aos olhos a desarmonia entre as regras dos procedimentos civil e trabalhista, no particular, o que se compreende por serem elas o espelho de estruturas e filosofias processuais diferentes.

É importante, então, encontrar-se a harmonia, através da compatibilização dos procedimentos, ordenada como condição da suplementividade pelo art. 769 da CLT. E essa compatibilização, como não poderia deixar de ser, corresponde à adaptação da lei supletiva à principal, e não o inverso disso, como se costuma proceder.

Daí entendermos, inabalavelmente, que a reconvenção deve ser processada, no Dissídio Individual do Trabalho, sob o seguinte roteiro:

a) Apresentação oral em audiência, como peça continuativa da defesa e a ela integrada. Portanto, a oportunidade para reconvir é a do art. 846 da CLT, cabendo ao prudente arbítrio do Juiz que dirige o processo, consideradas as circunstâncias da ação e da reconvenção, conceder razoável dilação do prazo de vinte minutos ali estipulado. Se oferecida por escrito, com a defesa, deverá ser lida em respeito à oralidade do procedimento para conhecimento do reconvinde, salvo se por este dispensado a leitura” [13]. (grifos nossos)

“Entretanto, a prática tem demonstrado que em determinados casos deve ser aceita, para melhor composição dos litígios. Um exemplo correntíssimo é no caso de o empregador propor a ação de consignação em pagamento e ao mesmo tempo o empregado entrar com reclamação trabalhista; acabam sendo anexados os

dois processos para decisão única. Seria razoável que, em vez de propor a reclamação, o empregado apresentasse reconvenção juntamente com a contestação à consignatória.

Os autores divergem. A jurisprudência também. Contudo verifica-se uma tendência jurisprudencial em aceitá-la.” [14] (grifos nossos)

“Como as petições iniciais trabalhistas em geral, a de reconvenção também não precisará conter: a) a indicação dos meios de prova de que o reconvinente se valerá; b) o requerimento de intimação do reconvinido; c) valor da causa, porquanto no sistema do processo do trabalho: 1) a parte pode produzir (no momento oportuno), sem prévia especificação, todas as provas legalmente permitidas; 2) a citação (a “intimação, na reconvenção, tem essa natureza) é realizada ex officio ex officio (CLT, art. 841) e 3) conquanto a causa deva ter um valor econômico, não se impõe que esse valor conste na petição inicial (Lei n. 5584/70, art. 2º, caput)”[15]. (grifos nossos)

“Na vigência do CPC de 1939, a Reconvenção era apresentada junto com a Contestação (art. 190), vale dizer, na mesma peça. Atualmente, contudo, ela deve ser oferecida em petição apartada, pois - convém rememorar - constitui modalidade específica de resposta do réu (CPC art. 297). Desta forma, o réu, comparecendo a juízo, apresentará (se for o caso), em petições diversas, Contestação e Reconvenção. Ainda que assim deva ser, não podemos deixar de reconhecer que eventual formulação de ambas as espécies de resposta numa só peça não implicará nulidade da Reconvenção, nomeadamente no Processo Trabalhista, onde o Princípio da Instrumentalidade, inscrito nos arts. 154 e 244, do CPC, recebe especial e justificada exaltação. Ocasionais dificuldades de ordem prática, que possa acarretar o oferecimento de Contestação e de Reconvenção em peça única, serão facilmente contornáveis”[16]. (grifos nossos)

“No processo do trabalho, o princípio da concentração dos atos em audiência, idealmente uma, impõe seja a reconvenção apresentada com a contestação, como estipula a parte inicial do art. 299 do CPC, mas na audiência, e não em cartório ou na secretaria; via de consequência deverá, como a resposta, ser juntada aos autos nessa oportunidade, não se justificando as exigências de ser apresentada em peça autônoma, processada em apenso ou comunicada ao distribuidor, para anotação (CPC, art. 253, parágrafo único) medidas de ordem formal que não condizem com a simplicidade característica do procedimento nos cortes trabalhistas. Parece-nos óbvio, nada obstante, que a adoção dessas medidas não acarretará nulidade, mas deverá ser tida como simples irregularidade, sem maiores consequências” [17].

“Ainda que os processualistas recomendem o uso da denominação ‘resposta do réu’ em lugar de ‘defesa do réu’, preferimos esta última, não só porque é a utilizada pela CLT (arts. 767, 799, § 1º, 846 e 847), mais também porque, no processo trabalhista, não há uma distinção acentuada - e muito menos expressa em lei - dos termos da ‘resposta’, conforme faz o CPC no art. 297, ao explicitá-los como: ‘contestação’, ‘exceção’ e ‘reconvenção’.

Tanto assim que, enquanto o processo civil estabelece que a ‘exceção’ seja processada em apenso aos autos principais, e a ‘contestação’ e a ‘reconvenção’, simultaneamente, em peças autônomas (art. 299 do CPC), o processo trabalhista fala apenas em ‘defesa’, genericamente, entendendo-se que nela se incluam, em uma mesma peça, todos aqueles termos...

Essa aparente impropriedade técnica deve-se, naturalmente, ao fato de que os atos processuais - entre eles a propositura da ação e a apresentação da defesa - podem ser praticados pela própria parte, independentemente de advogado, o que torna inexigível o conhecimento especializado da matéria, mas também porque - no caso da defesa e do pedido - a atividade pode ser manifestada oralmente e, em especial na primeira hipótese, na audiência, informalmente, durante apenas vinte minutos.

Nada impede, entretanto, que, elaborada a defesa por escrito para apresentação na audiência, faça-se a distinção mencionada, embora ‘em uma única peça’, mas apenas para ordenar sistematicamente a matéria que será objeto da apreciação judicial - esta, sem dúvida alguma, obedecendo às normas de preclusão,...” [18]. (grifos nossos)

“22.14. Momento da reconvenção - No processo trabalhista, só simultaneamente com defesa. É preclusiva essa oportunidade, pois, a ainda que assuma a forma de ação, é uma parte da defesa e a esta se prende umbilicalmente, conforme já estudamos” [19]. (grifos nossos)

“O momento da argüição da reconvenção e da compensação é na apresentação da defesa, em audiência (TST, Enunciado 48)”[20].

“Plenamente aceita no processo do trabalho, não oferece qualquer incompatibilidade com os seu princípios gerais. É argüível na defesa, numa só peça” [21].

Atente-se, porém, para o fato da preclusão. Não é porque a reconvenção seja feita juntamente com a defesa que se deve fugir da técnica processual. Primeiramente é devido abordar a temática da contestação para, então, aduzir os pontos de reconvenção. Não se deve misturar as alegativas sob pena de preclusão, ou seja, caso a reconvenção seja aposta na peça processual antes dos argumentos da contestação, conclui-se pela revelia da parte, uma vez que feita em momento inoportuno. Também, deve-se proceder assim, porque senão haveria proximidade na peça processual e, em razão disso, haveria desrespeito ao Princípio Constitucional da Ampla Defesa.

Deve-se entender assim, pois o processo trabalhista ressalta, sobremaneira, o Princípio da Oralidade. Dessa forma, como os atos processuais deverão ser feitos de forma oral, é necessário disciplinar os argumentos dentro de uma conseqüência lógica.

No entanto, na prática, tais atos vêm sendo praticados na forma escrita. Isso, na opinião de José Augusto Rodrigues Pinto, vem “desvirtuando a técnica de procedimento trabalhista”[22]. Para Manoel Antônio Teixeira Filho a instrumentalidade das formas sustenta a forma escrita[23].

Porém, é preciso entendermos que, mesmo sendo utilizados os atos processuais da forma escrita, não devemos adotar os rigores como se estivéssemos no Processo Civil. É porque a escrita de tais atos vem sendo utilizada para dar comodidade às partes e não para revestir de formalidade esses atos, visto que no processo trabalhista vigora a instrumentalidade das formas.

Estabelecendo um termo comparativo, entendemos que a forma escrita utilizada no processo trabalhista aproxima-se mais da terminologia utilizada no CPC de “redução a termo” que à sua terminologia utilizada para “forma escrita”.

Por isso acreditamos que, mesmo utilizando-nos da forma escrita, quando deveríamos nos utilizarmos da oral, a confecção da reconvenção possa ser feita juntamente com a contestação, numa só peça (porém aduzida após os argumentos destinados à matéria reconventiva, para dar logicidade e não prejudicar o direito de defesa).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____, Ísis de. Manual de direito processual do trabalho. Vol. 2 Processo de conhecimento e processo de execução trabalhista. 8ª ed. São Paulo: LTr, 1997.

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. Vols. 1 e 2. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 24º ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 1999, pág. 587.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. Teoria geral do processo. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de direito do trabalho e processo trabalhista. 8º edição. São Paulo: LTr, 1997.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1998, pág. 215.

MEIRELES, Edilton. Normas subsidiárias aplicáveis ao processo trabalhista. O procedimento sumário e dos juizados especiais, publicada da ST n.º 91-JRN/97, pág. 21 (IN JÚRIS SÍNTESE, versão mar-abr/99, n.º 16).

NEGRÃO, Theotônio. Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NERY JÚNIOR, Nelson. Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, pág. 578.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento. 3ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Processo trabalhista de conhecimento. 4ª ed. São Paulo: LTr, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio. Petição inicial e resposta do réu. São Paulo: LTr, 1996.

_____. Curso de Processo do Trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos: n. 7: nulidades – São Paulo: LTr, 1997.

[1] MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1998, pág. 215.

[2] Idem anterior, pág. 211

[3] CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 24º ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 1999, pág. 587.

[4] MEIRELES, Edilton. Juiz Presidente de JCJ do TRT da 5ª Região - NORMAS SUBSIDIÁRIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO TRABALHISTA - O PROCEDIMENTO SUMÁRIO E DOS JUIZADOS ESPECIAIS, Publicada da ST nº 91 - JAN/97, pág. 21, IN JÚRIS SÍNTESE, versão mar-abr/99, nº 16.

[5] ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 6ª ed. ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. Vol. 2, págs 317 318

[6] ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 6ª ed. ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. Vol. 1, pág 433

[7] CINTRA, José Augusto Rodrigues. Direito Processual do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, pág. 179

[8] PINTO, José Augusto Rodrigues. Direito Processual do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: LTr, 1994, pág. 197.

[9] Idem, pág. 201.

[10] ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Revista do Tribunais. 1997. Vol. 2, pág. 315.

[11] NEGRÃO, Theotônio. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor/organização, seleção e notas com a colaboração de José Roberto Ferreira Gouvêa. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998, pág. 289

[12] NERY JÚNIOR, Nelson. Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, pág. 578

[13] PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. 4º ed. São Paulo: LTr, 1998, págs. 286 e 287

[14] LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de direito do trabalho e processo trabalhista. 8º edição. São Paulo: LTr, 1997

[15] TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio. Petição Inicial e Resposta do Réu. São Paulo: LTr, 1996, pág. 382

[16] Idem, Págs. 382 e 383

[17] GIGLIO, Wagner D.,1930. Direito processual do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 176

[18] ALMEIDA, Ísis de. Manual de Direito Processual do Trabalho. Vol. 2 - Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista -, 8º edição. São Paulo: LTr, 1997. Págs. 53 e 54.

[19] Idem, pág. 103.

[20] ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 11º edição. São Paulo: Saraiva, 1999, pág. 167.

[21] ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 11º edição. São Paulo: Saraiva, 1999, pág. 179.

[22] PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. 3º ed. São Paulo: LTr, 1994, pág. 70.

[23] TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Curso de Processo do Trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos: n. 7: nulidades – São Paulo: LTr, 1997, pág. 22.